



**SEGUNDA
VICE-PRESIDÊNCIA**



Eficiência, humanização
e inovação

TJPE

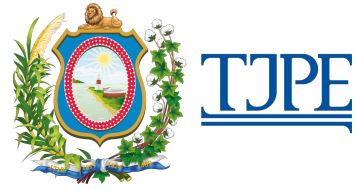
RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES

FEVEREIRO A JULHO DE 2024

BIÊNIO 2024-2026

“EFICIÊNCIA, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO”





Mensagem do 2º Vice-Presidente

Estes primeiros seis meses foram de grandes desafios e intenso trabalho na direção de concretizar as palavras de ordem desta gestão: eficiência, humanização e inovação. Com o esforço de todos, em pouco tempo conseguimos avanços.

Inicialmente, busquei escutar magistrados, advogados e a comunidade de forma geral. A queixa sobre a eficiência do Cartris – Cartório de Recursos aos Tribunais Superiores ecoou com mais força. Ao contrário do que se poderia imaginar, encontrei servidores comprometidos, que, com algumas readequações, treinamento, ambiente e equipamentos adequados, já apresentam resultados dignos de nota.

Ao já excelente trabalho da assessoria da 2ª Vice-Presidência, regida pelo Juiz Assessor José Marcelon, buscamos agregar ferramentas das novas tecnologias e, com elas, enfrentar de forma mais eficiente a realidade da demanda massificada.

Apesar das sinuosas dificuldades, avançamos na tarefa de dar prosseguimento ao projeto de digitalização do acervo do TJPE. Seguiremos trabalhando com afinco para que não reste nenhum processo, cível ou criminal, em suporte físico, o que, seguramente, terá importante impacto positivo na eficiência do judiciário pernambucano.

Agradeço a todos os que colaboram para a concretização diária de uma 2ª Vice-Presidência mais eficiente, humanizada e em linha com este tempo, beneficiando, em última análise, o jurisdicionado.

Desembargador Eduardo Sertório Canto

2º Vice-Presidente do TJPE



Des. Eduardo Sertório Canto

2º Vice-presidente

José Marcelon

Juiz Auxiliar

Georgina de Brito Alves

Coordenadora-geral

Zelma Lima

Secretária-geral

Assessoria Especial

Rodrigo Soriano

Chefe de Gabinete

Diogo Vieira
Ellis Oliveira
Fabiana Andrade
Fátima Almeida
Gabriela Pessoa
Guilherme Andrade

Isabela Nascimento
Jarbas Brandão
Lais Lucena
Lourdes Zarzar
Lucas Euzébio
Mariana Morais

Renata Arruda
Renata Raposo
Sueli Hipólito
Thomaz Freire

Maria José Cavalcanti

Oficial de Gabinete

Recepção

Glaudeir Gomes
Janaina Kelly

Apoio

Leonardo Bezerra
Roberto Silva de Oliveira

Assessoria Policial Militar e Civil

Major Gleidson Neves Sena
Ajudante de ordens

Sargento Walson Sales da Silva
Auxiliar/Motorista

**Assessoria Especial
de Migração**

Helaine Fosca
Alan Carlos
Bárbara Costa
Frederico Eduardo
João Henrique
Maria José
Pedro Luiz

Nugepnac

Chefia - Rodrigo
Lisboa
Georgia Vidal
Karen Carvalho
Letícia Galvão
Tatiana Prado

**Grupo de Estudos
sobre IA**

Coord. - Ellis Oliveira
Gabriela Pessoa
Lucas Euzébio
Renata Arruda
Thomaz Freire

CARTRIS

Gerência

Luana Souza
Simone Duque

Atendimento

Chefia - Luiz Carlos Albuquerque
Rodrigo Queiroz

Secretaria PJE - 1ª Vice

Chefia - Dourival Melo
Bárbara Costa
Crismélia Soares
Evilane Mourão
Mirella Alves
Olga Albuquerque

Secretaria PJE - 2ª Vice

Chefia - Everton Altino
João Ricardo Viana
Patricci Serralva
Marcelo Cadela
Teresa Ferreira
Valkiria Rocha

**Remessa aos tribunais
superiores**

Chefia - Silvio Rogerio
Alan Carlos
Frederico Eduardo
João Henrique Silva
Mauro Nóbrega
Pedro Luiz Lopes

**Baixa dos tribunais
superiores**

Chefia - Marta Frutuoso
Eluizia Paiva
Polyana Chaves
Walkiria França

2ª VICE-PRESIDÊNCIA EM NÚMEROS (fevereiro a julho de 2024)

1. Indicadores do Cartris

1.1. Atos de secretaria

Os números de produtividade do Cartris, subordinado à 2ª Vice-Presidência, compreendem os atos de secretaria praticados nos processos das 1ª e 2ª Vice-Presidências.

Produtividade da Secretaria das Vice-Presidências (Cartris)					
Tarefa/Mês	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24
Processos sobrestados (Tarefa aguardar paradigma do STJ/STF)	101	47	96	116	11
Processos arquivados definitivamente (devolvidos ao 1º grau)	369	369	396	411	594
Processos arquivados definitivamente (originários)	100	82	63	62	93
Intimações/publicações de decisões	1684	2265	2496	1602	2054
Processos remetidos ao STJ/STF	412	1151	1394	1043	1028
Processos baixados do STJ/STF	774	691	605	292	621
Total Mensal	3440	4605	5050	3526	4401
Atos praticados de março a julho/2024: 21.022					

1.2. Processos pendentes de remessa aos tribunais superiores

O ponto mais crítico em relação ao acervo do Cartris era o acúmulo dos processos pendentes de remessa aos tribunais superiores e a morosidade na execução deste trabalho.

Foi, então, implementado plano emergencial, que possibilitou a redução do passivo em 80%, de 3.362 para 686 processos.

Processos pendentes de remessa aos tribunais superiores	
mar/24	3362
jul/24	686
Dos quais são críticos (paralisados há mais de 100 dias):	
45	

1.3. Atendimentos

No período de coleta dos dados, de março a junho de 2024, o Cartris realizou 2.214 atendimentos, revelando-se como canal preferencial dos usuários o e-mail, com 978 eventos ou 44% do total.

Produtividade do Setor de Atendimento do Cartris				
Mês	E-Mail	Telefone	Presencial	TJPE Atende
Março	158	82	62	42
Abril	239	84	64	50
Maio	203	142	83	47
Junho	187	169	62	30
Julho	191	147	143	27
TOTAL	978	624	414	196
Total de atendimentos de março a julho: 2.212				

2. Indicadores do Gabinete da 2ª Vice-Presidência

2.1. Minutas de atos judiciais

	Terminativas	Interlocutórias	Despachos	Votos
Fevereiro	371	137	285	0
Março	693	109	324	24
Abril	754	83	337	50
Maio	730	70	353	28
Junho	469	26	286	17
Julho	645	53	473	98
Total	3662	478	2058	217

2.2. Casos pendentes

São, nos termos da Resolução CNJ n. 79, de 15 de maio de 2009, todos os casos sem movimentação de baixa. Observa-se, no semestre, redução do acervo em 25%, de 7.205 para 5.403.

	Casos Pendentes
Fevereiro	7205
Março	7196
Abril	6891
Maio	6744
Junho	5489
Julho	5403

2.3. Taxa de congestionamento líquida

Indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. Assim, quanto menor o percentual, mais eficiente o tribunal ou órgão.

A partir dos dados apresentados abaixo, pode-se afirmar que houve um ganho em eficiência, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Taxa de Congestionamento Líquida		
	2023	2024
Fevereiro	85%	80%
Março	71%	57%
Abril	65%	50%
Mai	62%	45%
Junho	58%	36%
Julho	54%	35%

1.1. Atendimentos

Os números reunidos neste tópico compreendem os atendimentos realizados pela recepção da 2ª Vice-Presidência, pelo Desembargador 2º Vice-Presidente, pelo Juiz Assessor e pela assessoria.

Os atendimentos são realizados por diversos canais, além da modalidade presencial, a saber: e-mail, telefone e TJPE Atende.

Atendimentos Realizados	
Fevereiro	198
Março	118
Abril	176
Mai	167
Junho	133
Julho	194
TOTAL	986

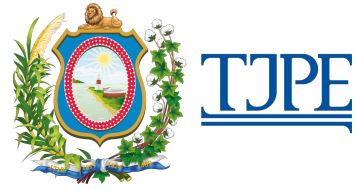
2ª VICE-PRESIDÊNCIA ALÉM DOS NÚMEROS (fevereiro a julho de 2024)

1. A posse

Em sessão solene, realizada em 2 de fevereiro de 2024, na sala de sessões do TJPE, tomou posse o 2º Vice-Presidente, Desembargador Eduardo Sertório Canto.

Na ocasião, o Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, presidente do TJPE no biênio 2022/2024, deu posse ao Desembargador Ricardo Paes Barreto, presidente para o biênio 2024-2026. Foram, na sequência, empossados os Desembargadores Francisco Bandeira de Mello, Fausto Campos e Eduardo Sertório Canto, corregedor geral da justiça, 1º e 2º vice-presidentes, respectivamente.





O evento contou com a presença de diversas autoridades, incluindo a Governadora Raquel Lyra, o Prefeito do Recife, João Campos, e representantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), do Ministério Público de Pernambuco (MP-PE) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A cerimônia, transmitida em canal oficial do TJPE no YouTube, começou com a execução do Hino Nacional Brasileiro e a apresentação de um cordel em homenagem à nova mesa diretora, seguido por discursos de despedida do então presidente, Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, e de posse do novo presidente.

2. Um novo Cartris

O início desta gestão concentrou grandes esforços na edificação de um novo Cartório de Recursos aos Tribunais Superiores (Cartris).

No térreo do Fórum Thomaz de Aquino passou a funcionar o Espaço Desembargador Hélio Siqueira Campos, que contará com cinco salas, das quais duas já foram entregues. A Sala Juiz Cláudio Américo é o coração da Secretaria, enquanto a Sala Juiz Paulo Torres abriga o setor de atendimento. Trata-se, agora, de um espaço multiportas, agregando o atendimento do próprio Cartris ao do setor de buscas da Corregedoria, com a perspectiva de oferecer serviços prestados por outras unidades do Tribunal, a exemplo da Ouvidoria.

A inauguração das novas salas contou com a presença do presidente do TJPE, do 2º Vice-Presidente, do Corregedor-Geral, das Desembargadoras Daisy Andrade e Valéria Wanderley, e dos Desembargadores Evandro Magalhães,

Mauro Alencar, Eduardo Guilliod, Paulo Augusto de Oliveira Freitas e Paulo Romero de Sá, além do Juiz Assessor da 2ª Vice-Presidência, José Marcelon. Estiveram ainda presentes familiares dos homenageados, que dão nome ao espaço e às salas, os servidores que integram as equipes da 2ª Vice-Presidência e os arquitetos da Diretoria de Engenharia e Arquitetura do TJPE, Marisa Cavani e Pedro Britto, responsáveis pela obra.



A estrutura física passou por modificações: as antigas divisórias deram lugar a enormes janelas em vidro, que tornaram o ambiente de trabalho mais iluminado e agradável. Buscou-se agregar, ainda, arte regional e plantas. Identificou-se, além disso, a necessidade de substituição ou manutenção dos computadores, já obsoletos, e dos aparelhos de ar condicionado, o que foi providenciado ainda no início da gestão.

As três salas restantes, antes ocupadas pelos processos físicos, darão lugar a uma sala de reuniões, com capacidade para 10 pessoas e aberta ao público interno, mediante agendamento, um espaço de descanso - pensado em especial para os servidores terceirizados - e uma copa.

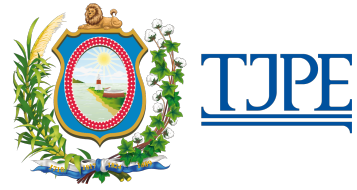
Por fim, providenciou-se a instalação de rampas de acesso, de modo a reduzir as barreiras à acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Considerando a transmutação do acervo físico para o suporte digital, os servidores do Cartris que lidavam com os processos físicos já haviam participado, no mês de janeiro de 2024, de curso, de curso, na modalidade remota, voltado ao manejo do Processo Judicial Eletrônico.



Adicionalmente, foi oferecido, em fevereiro, por meio da Escola Judicial de Pernambuco - Esmape, treinamento presencial, voltado especificamente às necessidades do Cartris, do qual participaram todos os servidores do setor, ficando a equipe apta a trabalhar de forma eficaz com o PJe.





Quanto ao pessoal do Cartris, a equipe foi reforçada com quatro novos servidores, ocupando cargos vagos já existentes.

O conjunto dessas iniciativas resultou em uma equipe mais motivada, que se mostrou capaz de entregar resultados importantes. Grande amostra disso é a redução do número de processos pendentes de remessa aos tribunais superiores, maior queixa da advocacia, em 80%.

3. Novas tecnologias

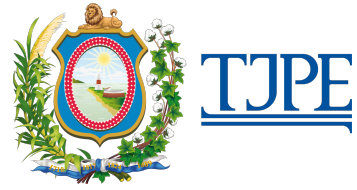
Desde o início da gestão, foram destacados cinco servidores da assessoria da 2ª Vice-Presidência – Ellis Oliveira, Gabriela Pessoa, Lucas Euzébio, Renata Arruda e Thomaz Freire – para compor a equipe dedicada aos estudos de inteligência artificial (IA) e outras tecnologias.

O grupo contou com o apoio do Procurador do Estado de Pernambuco Rafael Figueiredo, atualmente à frente da Secretaria Executiva de Transformação Digital da Prefeitura do Recife, que, em encontro realizado em 28/2/2024, gentilmente compartilhou a sua experiência e expertise com ferramentas de inteligência artificial.

O projeto está voltado à experimentação e implementação do uso de ferramentas de automação e inteligência artificial na elaboração das minutas da 2ª Vice-Presidência, em especial para tratar com mais eficiência as demandas repetitivas.

4. Migração do acervo físico

Em 7 de fevereiro de 2024, por designação do Presidente do TJPE, Desembargador Ricardo Paes Barreto, por meio do Ato 327/2024, o Desembargador Eduardo Sertório, 2º Vice-



Presidente, assumiu a coordenação do Comitê Executivo de Migração para o Processo Judicial Eletrônico, responsável pelos trabalhos de migração do acervo físico do TJPE para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), antes já em curso.

Ademais, em 20 de maio de 2024, tomou-se ciência, por meio de comunicação da Presidência do TJPE, de que o Corregedor Nacional de Justiça assinalou o prazo de 30 de julho de 2024 para que o TJPE adotasse medidas para mitigar o acúmulo de processos em suporte físico.

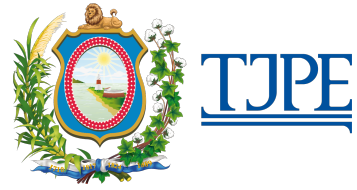
Quando da assunção da coordenação dos trabalhos, em fevereiro, foram identificadas as seguintes dificuldades principais:

1. manejo e controle dos dados, de modo a acompanhar, em tempo real, o passivo pendente de digitalização, migração e retificação, no primeiro e segundo grau, e nos juizados especiais;
2. a não adesão de alguns magistrados, especialmente do primeiro grau, e chefes de secretaria ao envio dos processos físicos ao setor de digitalização;
3. o acúmulo dos processos do segundo grau na fila da digitalização, pois haviam sido encaminhados de uma só vez à empresa contratada, gerando queixas de partes, advogados e dos próprios gabinetes;
4. a existência de autos com carga ou remessa, não restituídos no prazo devido ou razoável ao juízo competente.

Ao longo dos últimos meses, foram adotadas as seguintes medidas principais, no sentido de aparar essas arestas e atingir o melhor resultado possível no prazo indicado pelo Corregedor Nacional de Justiça:

1. maior controle dos dados relativos ao acervo pendente nas fases da transmutação do processo do meio físico para o eletrônico (envio, digitalização, migração) por meio de relatórios semanais, divulgados todas as quintas-feiras aos integrantes do Comitê;
2. Envio de 2 colaboradores terceirizados para dar suporte na localização e separação de processos com pedido de prioridade, a serem digitalizados;
3. intenso trabalho junto aos magistrados de primeiro grau e respectivos chefes de secretaria, por meio publicação no DJe, e-mails e equipe de telefonia, em colaboração com a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), com objetivo de que enviassem os processos para digitalização;
4. reestruturação das equipes responsáveis pela migração e retificação dos processos digitalizados, com a integração, aos grupos de trabalho, de colaboradores terceirizados e servidores da assessoria e do Cartris, cedidos pela 2ª Vice-Presidência;
5. Publicação de aviso do DJe, demandando a devolução de processos com carga;
6. utilização do Robô Ramsés para o 2º grau, capaz de controlar com precisão o quantitativo dos processos já digitalizados, pendentes de migração, além da implementação de um *dashboard*, quadro com atualização em tempo real dos dados acerca dos processos migrados para o PJe;

Pese embora a dificuldade em precisar os quantitativos do acervo físico pendente de digitalização e migração, estimou-



se, em fevereiro, a existência de **55 mil processos físicos pendentes** de digitalização.

Atualmente não há nenhum processo enviado pela unidade judiciária de origem e pendente de digitalização.

Por outro lado, apesar de todos os esforços empreendidos, remanescem, **no 1º grau, 1.143 processos que não foram encaminhados pelas unidades judiciárias respectivas**, tampouco foi por elas apresentado qualquer esclarecimento. Ademais, há **426 processos não localizados no 2º grau e 11 nos juizados especiais.**

Somam-se, portanto, **1.580 processos pendentes de digitalização.**

Além dos citados processos, **2.830 estão devidamente digitalizados, em fase de migração para o PJe** a cargo da Comissão, trabalho que, estima-se, será concluído em até três meses.

Nesse sentido, verifica-se que, do passivo de 55 mil processos existente em fevereiro, **92,1% estão concluídos**, já em tramitação no PJe e **5,1% estão em fase conclusão.**

A lista dos processos correspondentes aos **2,8%** remanescentes foi encaminhada à Corregedoria Geral de Justiça para as devidas providências.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido foi efetivo na redução substancial do passivo.



TJPE

5. Nugepnac

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac), integrado à 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e à Comissão de



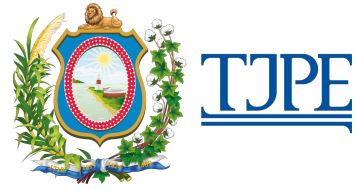
Sistematização e Publicação de Precedentes Judiciais, tem como principal objetivo a organização e divulgação de precedentes judiciais de observância obrigatória, de acordo com o art. 927 do Código de Processo Civil em vigor.

Na intenção de facilitar a atualização de magistrados, servidores e outros operadores do direito quanto aos precedentes obrigatórios, o Núcleo divulga mensalmente, em sua página no portal do TJPE, boletins mensais, além de notícias e estudos temáticos por solicitação.

Para além das suas atividades recorrentes, de março a julho de 2024, o Nugepnac dedicou-se a atender uma demanda específica relacionada ao cadastro das classes processuais das ações coletivas.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou, por meio do Cacol – Cadastro Nacional de Ações Coletivas, a existência de prováveis inconsistências no cadastro das classes processuais das ações coletivas, o que poderia estar gerando números dissonantes da realidade.

Com a finalidade de fazer o diagnóstico dessas incongruências e em linha com o disposto na Resolução CNJ n.º 339, de 8 de setembro de 2020, o Nugepnac foi



responsável por um minucioso trabalho de revisão das classes processuais das ações coletivas, nomeadamente ações civis públicas, mandados de segurança coletivos e ações populares, que somavam cerca de 8.000 processos.

Nos meses de março e abril, foram identificadas inconsistências em 145 dos 469 feitos cadastrados como mandados de segurança coletivos e em 73 dos 720 processos cadastrados como ações populares.

Quanto às ações civis públicas, em número de 6.747, restam apenas 152 processos por analisar, depois do que será possível a totalização do número de inconsistências localizadas.

6. Eventos

Ao longo dos seis primeiros meses de gestão, o Desembargador Eduardo Sertório Canto participou de uma série de eventos e solenidades, os quais estão registrados a seguir.

- Em 27/2/2024 – Solenidades de Posse do Des. Humberto Vasconcelos e aposição da fotografia do Des. André Guimarães na Galeria de Presidentes do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;
- Em 27/2/2024 – Reunião com a delegação da Defensoria Pública de Pernambuco;
- Em 27/2/2024 – Representação do TJPE na Alepe, em reunião solene em homenagem aos 40 anos do Instituto Dom Hélder;

- Em 28/2/2024 – Representação do TJPE no Concerto na Basílica da Penha, em homenagem aos 150 anos da imigração italiana no Brasil;
- Em 1/3/2024 – Solenidade de Posse do COJURI e do Diretor e Vice-diretor do CEJ, no Salão Nobre do Palácio da Justiça;
- Em 4/3/2024 – Participação no Seminário de Abertura da 26ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, promovido pela Coordenadoria da Mulher e realizado na Esmape, com o tema “A relação entre o abandono dos lares com a violência doméstica ao diagnóstico do TEA”, apresentado pelo Dr. Mário Henrique Goulart Maia.
- Em 6/3/2024 – Representação do TJPE na Cerimônia em Comemoração à Data Magna de Pernambuco – Dia da Revolução Pernambucana de 1817. Hasteamento das Bandeiras e Aposição de Flores no Monumento dos Heróis da Revolução de 1817.
- Em 8/3/2024 – Solenidade de Entrega do Prêmio Mulheres que Fazem a Diferença – Edição 2024, do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;
- Em 12/3/2024 - Representação do TJPE na Alepe, em Reunião Solene em homenagem aos 55 Anos do Espetáculo da Paixão de Cristo – Nova Jerusalém;



- Em 14/3/2024 - Representação do TJPE na Alepe, em Reunião Solene em homenagem aos 50 Anos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba;



- Em 25/3/2024 - Recepção no Salão Nobre com a Cônsul-geral da Argentina, Sra. Julieta Grande, e a Cônsul-adjunta, Sra. Lucila Caviglia;

- Em 18/4/2024 - Participação na Assembleia do Instituto Dom Hélder;

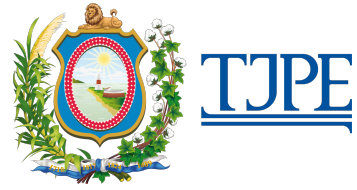
- Em 23/4/2024 - Encontro da Mesa Diretora do TJPE com o Comando Militar do Nordeste



- Em 28/5/2024 – Representação do TJPE no Congresso da Academia Brasileira de Direito, com o tem “Alterações Legislativas e o Impacto do Direito na Academia Pernambucana de Letras”;
- Em 6/6/2024 – Participação no Curso “Novas Tendências em Direito e Economia do Consumo”, na Esmape;
- Em 18/6/2024 - Representação do TJPE na cerimônia de entrega da Medalha Comemorativa do Bicentenário da Confederação do Equador, na Alepe;



- Em 20/6/2024 – Inauguração das novas instalações do Cartris, do Espaço Desembargador Hélio Siqueira Campos (Sala de Atendimento Juiz Paulo Torres Pereira da Silva e Sala de Secretaria Juiz Cláudio Américo de Miranda Júnior);
- Em 2/7/2024 - Representação do TJPE na Abertura de Atividades Comemorativas ao Bicentenário da Confederação do Equador no Centro Cultural Eufrásio Barbosa;
- Em 10/7/2024 – Participação na Audiência Pública – Gestão Participativa das Metas Nacionais do Poder Judiciário, na Esmape;
- Em 10/7/2024 – Solenidade de posse do Des. Cândido Saraiva na presidência do TRE-PE;



- Em 13/7/2024 - Representação do TJPE na celebração da Festa Nacional Francesa, na Aliança Francesa do Recife;
- Em 18/7/2024 – Participação na celebração dos 35 Anos da ESA/PE, em que foi um dos homenageados, enquanto ex-Diretor Geral da Escola;
- Em 19/7/2024 – Representação do TJPE no Dia da Solidariedade da Associação do Padre Arlindo em Tamandaré/PE;
- Em 26/7/2024 - Representação do TJPE na cerimônia de recondução do Defensor Público Geral de Pernambuco;
- Em 31/7/2024 – Participação no II Seminário Internacional Sobre o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, no Fórum do Recife.

Encerramento

Estes primeiros seis meses foram marcados por mudanças estruturais no Cartris e grandes desafios no projeto de migração do acervo físico para o PJe. Os resultados alcançados, apresentados neste relatório, decorrem do árduo trabalho de toda a equipe, mas especialmente dos servidores Georgina de Brito Alves, Edilson Ferreira e Helaine Cristina Fosca, a quem cabe esta menção honrosa.

É de se ressaltar também a nova fase do Nugepnac, agora produzindo um boletim temático, além da manutenção da produtividade da 2ª Vice-Presidência, coordenada pelo competente Juiz José Marcelon.

Espera-se, na sequência deste ano de 2024, manter os bons indicadores atingidos e aprimorá-los por meio da contínua integração e aperfeiçoamento dos servidores e servidoras e de soluções tecnológicas.